

Resenha¹

CAMPHORA, Ana Lúcia. *Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Abramvet/Camphora, 2017.

Andréa Osório*¹

São poucas, ainda, as publicações historiográficas brasileiras dedicadas a pensar especificamente as relações humano-animal em território nacional. Quando contrastada à produção inglesa ou francesa, por exemplo, as lacunas são bastante evidentes. Aos poucos, historiadores e intelectuais interessados em compreender melhor como os animais contribuíram e fizeram parte da formação do Brasil como nação e da identidade nacional do brasileiro têm tornados conhecidos seus esforços em compilações, artigos e demais publicações que, felizmente, vêm aos poucos se multiplicando. É o caso de “Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX”, de Ana Lúcia Camphora.

A obra, de fácil leitura e apreensão, leva o leitor a um passeio dos primeiros anos da colônia até ao Rio de Janeiro do século XIX, quando ainda era a capital da República. Estruturada na tradição historiográfica nacional, é constituída por eixos típicos da forma como (ainda) pensamos o país. Entre os grupos humanos, destacam-se europeus, sobretudo holandeses, espanhóis e portugueses, africanos escravizados e traficados ao continente e algumas das múltiplas e diversas etnias ameríndias que habitam aqui desde há muito tempo. Mas não é um amálgama racial que importa à autora, no viés que se tornou famoso a partir de Gilberto Freyre, e sim o amálgama interespecífico. Trocas culturais eram esperadas e, dentro delas, a absorção de culturas alimentares e conhecimentos médicos, práticas cinegéticas e formas de amansamento e domesticação que expõem as vicissitudes dos primeiros colonos e os esforços de aclimação de animais trazidos da Europa ou da Ásia.

Outro eixo perceptível na obra é o cronológico, como não poderia deixar de ser, com a constituição de uma linha do tempo ao final do volume. Menos do que a percepção de uma evolução da sociedade colonial à de corte, o tempo é percebido em conformidade com as atividades econômicas, flertando, muitas

¹ Recebido em 13/05/2019. Aceito em 17/07/2019

*¹ Professora da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: andrea_osorio1@yahoo.com.br

vezes, com a noção de ciclo. O grande pano de fundo da expansão colonial portuguesa foi, sem dúvida, a emergência progressiva das estruturas capitalistas, consolidadas aqui não na esperada Revolução Industrial brasileira, mas na economia de *plantation*. Tal cenário, normalmente restrito a plantas (cana-de-açúcar e, posteriormente, o café) e humanos (elite agrária e seus trabalhadores escravizados), não se desenvolveu sem tração ou alimento de origem animal. Obliterados do primeiro plano estavam, não obstante, bastante presentes como auxiliares ou ameaças.

Algumas espécies ganham destaque na compilação, como os bovinos, muares e equinos. A introdução do gado holandês parece ser devedora da invasão holandesa, enquanto a importação de zebuínos da Índia é enfatizada, conformando parte da história de uma paisagem rural ainda muito comum em grande parte da extensão nacional. Porcos, galinhas, cães, gatos e outros animais de criação, como cabras e ovelhas, ficam em segundo plano na medida em que seu valor e impacto comercial não foram decisivos. Ainda assim, é interessante acompanhar a forma como galinhas e cães foram adotados por populações ameríndias, algumas das quais se tornaram exímias cavaleiras, como os Guaikuru, alterando sua posição na estrutura social. O cavalo tinha esse especial poder de confeccionar um cavaleiro, posição social privilegiada e caracteristicamente branca. Muares, por outro lado, eram tantos que chegaram a ser condenados da mesma forma que condenamos o excesso de cães e gatos hoje.

As práticas de amansamento das populações ameríndias são contrastadas, em alguns trechos, com o tipo de domesticidade ao qual os europeus estavam habituados, especialmente a criação solta dos animais que constituíam recursos poderosos, como o gado bovino e os próprios equinos. Nada mais longe da criação industrial que enclausura os animais a ínfimas porções de espaço, ainda que boa parte dos bovinos brasileiros ainda seja criada de forma extensiva. E, ao pensar em indústrias atuais, a farmacêutica, com seus testes laboratoriais, é uma lacuna evidente, mas os usos de partes de animais como remédios está presente desde o início da invasão portuguesa. Não apenas os ameríndios são descritos pelos invasores, inclusive holandeses, como utilizando produtos animais em busca de curas, também a medicina europeia mantinha suas receitas, às quais parecia juntar as experiências indígenas.

A alimentação constitui outra preocupação da autora. É especialmente visível a dificuldade que havia em se acessar proteínas de origem animal que hoje fazem parte da dieta comum dos brasileiros. Carnes de caça eram consumidas amplamente nas zonas urbanas por dificuldades de acesso a outros animais. As galinhas vivas, mesmo no século XIX, eram caras e o sistema de

abate e distribuição de porcos ou bois era tal que a maior parte da população não arriscava consumir a carne fresca. A emergência de uma indústria do charque, ou da carne-seca, como se prefira, foi o que possibilitou que a chamada “carne verde” parasse de ser rejeitada e desperdiçada, sobretudo com relação ao boi, do qual se guardava o valor comercial do couro e do sebo.

A comercialização de gorduras animais é mais ilustrativa no espaço conferido à caça à baleia. O azeite ou óleo de baleia iluminava a Colônia, o Império e a República e era misturada às argamassas que construíram a capital, entre outros usos. Desde o século XVII até o XIX, arpoou-se os grandes cetáceos na costa brasileira, sobretudo francas e jubartes, frequentemente prenhas e/ou acompanhadas de seus filhotes. Antes mesmo que os matadouros se tornassem um problema de saúde pública e gestão de resíduos, o cozimento das baleias para a extração do óleo era o espetáculo terrível, com seus consequentes fumos, odores e dejetos a serem expurgados das vistas cariocas em início do século XVII; o que nos dá, paralelamente, um vislumbre da urbanização progressiva do que viriam a ser as primeiras metrópoles brasileiras. Como a “carne verde”, a de baleia não tinha valor (contrastando com o tipo de centralidade que a indústria da carne veio a adquirir nos séculos XX e XXI), embora salgada e distribuída, se tornando alimento de escravos. E, como no caso do boi, outros subprodutos eram aproveitados, sobretudo ossos e barbatanas. A carne era também problemática por questões de acondicionamento, mas a amplitude da utilização dos subprodutos aponta para a contínua mercantilização dos corpos animais, os quais muitas vezes são despojados como menos do que mercadoria, resíduos sem valor. O fim do interesse comercial nas baleias é marcado, segundo a autora, pela descoberta do petróleo e seus derivados, o que demarca a substituição de uma indústria extrativista por outra – por um lado, “salvando” os grandes cetáceos, mas, por outro, levando-nos a um cenário de impactos ambientais tão terríveis quanto os anteriores.

Para além de uma história do Brasil, a obra permite vislumbrar, em sua série de anedotas, datas, dados e números, a forma como humanos se relacionaram com certos animais, expropriaram-nos, consumiram, mataram ou mantiveram amigos e, mais do que isso, a forma como a sociedade brasileira foi impulsionada por tais produtos e a economia que os circulava, a qual incorporava, de um jeito ou de outro, os animais não humanos. Não é, necessariamente, uma história da barbárie, como alguns hão de pensar à luz das preocupações morais dos tempos atuais, mas uma história de humanos com animais, e vice-versa. Não apenas os animais materiais, mas os simbolismos que criamos para eles, com a inclusão parcimoniosa de elementos do folclore nacional que atestam a centralidade de certas espécies, como o bumba-meu-boi ou a mula-sem-cabeça, o Caapora, o caipora e outros seres

que regulam as matas e sua atividade cinegética, ou os papagaios endiabrados que podiam falar apenas por obra do tihoso.

A viagem com a qual a autora nos seduz faz refletir sobre as formas como a sociedade brasileira foi descrita e analisada nos últimos séculos, as formas pelas quais animais não humanos foram necessariamente incluídos em algumas análises, o que indica a força que as relações humano-animal detém como campo específico de reflexão, já que o convívio interespecífico, ainda que fortemente ignorado, muitas vezes salta aos olhos e nem sempre pode ser tão facilmente obliterado. Com o valor de ajudar a constituir esse campo próprio, multidisciplinar, "Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX" ainda nos deixa muitas lacunas, o que equivale a fazer um convite para que novas obras e reflexões surjam e novos autores se debrucem sobre esse campo ainda por lavrar.